

**Seminário**  
***Sucesso Escolar, Indisciplina, Motivação, Direção de Escolas e Políticas Educativas***

**COMENTÁRIO**

Cumprimento todos os participantes neste Seminário e, em particular, os professores José Verdasca e Joaquim Azevedo pela elevada qualidade das suas comunicações, facto que dificulta a tarefa que agora me incumbe. Procurarei conciliar, no presente comentário, aquilo que nos dizem os estudos dos especialistas com as perceções que vamos construindo, diariamente, na escola, fazendo-o em função de três eixos ou níveis que foram surgindo ao longo dia: uma primeira, mais ampla, que se inscreve a um nível “macro” nas decisões de política educativa; uma segunda que poderemos considerar de nível “meso” e tem incidência ao nível da escola, dos seus efeitos na aprendizagem dos alunos e da autonomia; uma terceira, que se refere ao nível da sala de aula (“micro”) e que nos interpela quanto ao “efeito-professor”.

A Lei de Bases do Sistema Educativo contém um conjunto de finalidades, expressamente inscritas, de dimensão socializadora, estimuladora ou personalizadora. Pode, contudo, o sistema cumprir um conjunto de tarefas que, não se encontrando inscritas nestas finalidades, também não estão expressas na Lei de Bases. Estas funções (não finalidades) podem ser, por exemplo, a de custódia - de guarda – ou a de seleção. No caso do ensino secundário, as escolas são chamadas a selecionar alunos para o acesso ao ensino superior, através da classificação interna e da realização de exames, o que desencadeia uma tensão entre o trabalho para as finalidades de dimensão socializadora e a função de seleção pelas classificações de diferentes disciplinas, tanto internas como em exames. A tendência de domínio das funções sobre as finalidades tende a fazer adotar práticas de estreitamento curricular e formativo, que poderá empobrecer a formação dos indivíduos, com consequências observáveis a prazo. Para além disso, a falta de identidade do ensino secundário, tornado simplesmente corredor de acesso ao ensino superior, traz consigo um conjunto de fatores tendentes à distorção de classificações de alunos do ensino secundário em disciplinas de formação geral. Por isso e por tudo o que foi referido ao longo do dia, parece-me ser de repensar o método de seleção de alunos no acesso ao ensino superior.

Todos procuramos a solução ideal para que seja possível conciliar as exigências dos resultados académicos, designadamente nas tabelas ordenadas (“rankings”), com o alargamento da visão curricular, cumprindo a finalidade socializadora. As escolas pretendem proporcionar aos seus alunos as condições de aprendizagem e a sua concretização que lhes permitam incrementar oportunidades futuras, em simultâneo com uma formação que eleve a autonomia individual, a curiosidade científica e a capacidade para trabalhar colaborativamente. O que a investigação educacional nos sugere é que são os professores quem mais faz a diferença para a consecução daqueles objetivos.

O que atrás foi enunciado leva-nos a um outro nível de abordagem, que atrás designei de “meso”, que compreende o “efeito-escola” e a sua autonomia. A necessidade de concisão aconselha a que deixemos de lado a polissemia e consequentes diferenças de apropriação destes conceitos. As escolas fazem diferença em função da sua organização e focagem pedagógicas, considerando o meio social em que se desenvolve essa ação e as ambições que se propõem concretizar. Neste ponto, a questão que surge é a seguinte: como podem as escolas ultrapassar constrangimentos administrativos de forma a organizar-se para o sucesso educativo? A autonomia da escola poderia, neste caso, constituir um importante instrumento para promover maior coesão social dentro da comunidade, para melhorar gradual e persistentemente as aprendizagens dos alunos, para enriquecer cultural e identitariamente o indivíduo e o coletivo. Para que tal seja possível, torna-se necessário que à escola seja proporcionada, entre outras, competência para a organização e gestão pedagógicas, organização dos tempos escolares e das atividades de enriquecimento curricular, formação dos seus profissionais e definição da equipa de gestão. Uma assunção de autonomia implica a adoção de lideranças nas escolas que tenham efeitos positivos nos resultados dos alunos, considerando as seguintes dimensões de ação:

a) organização de uma visão de sucesso para todos os alunos, com expectativas mais elevadas, a adoção de técnicas pedagógicas mais intensivas, implementação clima de trabalho e de rigor académico, ênfase na responsabilidade individual e na disciplina;

b) implementação de um clima acolhedor para a educação (ética do cuidado), incluindo a focalização na aprendizagem para todos (escola aprendente para os seus alunos, mas também para os seus adultos), incidência (e respetiva perceção) em práticas de qualidade, combatendo o isolamento e a balcanização, respeito por cada elemento da comunidade escolar, ação orientada para solução, evitando a “recriminação”, com o envolvimento de alunos e professores em atividades diversas;

c) desenvolvimento de capacidades de lideranças na escola, considerando a dependência do trabalho de equipas, práticas de acompanhamento/mentorado, desenvolvimento de uma comunidade profissional;

d) melhorar as práticas pedagógicas (ensino-aprendizagem), com o foco principal a incidir na sala de aula, na interação pedagógica entre alunos e professores, familiaridade com o núcleo técnico da escola em aspetos que necessitam de melhoria para elevar a qualidade das aprendizagens, visitas regulares a salas de aula com finalidades bem estabelecidas.

Este último ponto conduz-nos ao nível “micro”, da sala de aula, os “jardins secretos”, como alguns apelidam. Tal como foi, por diversas vezes, referido ao longo do presente Seminário, o “efeito-professor” é determinante para a qualidade das aprendizagens. De acordo com uma publicação da Principal’s Research Review<sup>1</sup>, os alunos de professores eficazes beneficiam de uma abordagem em sala de aula que compreende, regularmente, os seguintes aspetos:

- objetivos de aprendizagem claros;

- contextos significativos, desafiadores e motivadores;

---

<sup>1</sup> Principal’s Research Review, September 2010 (National Association of Secondary Schools Principals).

- conteúdos curriculares com qualidade;
- aulas bem planeadas, claramente estruturadas e com ritmo(s) adequado(s);
- envolvimento dos alunos e participação ativa;
- oportunidades para praticar, aplicar e transferir novas aprendizagens;
- “feedback” apropriado em relação a respostas corretas ou incorretas;
- revisão e prática periódicas;
- avaliação permanente para monitorização de progresso, com reensino, quando necessário;
- oportunidades para interagir com outros alunos em contextos motivadores e devidamente estruturados.

Como reflexão final, ficam duas questões, já aqui abordadas: conseguiremos combater as espirais negativas onde elas existem? Como combatemos essas espirais? Possivelmente, com mais conhecimento, profissionalismo e ações centradas em melhores práticas pedagógicas. Tal como dizia Schopenhauer, “o destino baralha as cartas, mas somos nós que as jogamos”.

Álvaro Almeida dos Santos